

Trajetórias de mulheres nos regimes autoritários na América Latina (Séculos XX e XXI): novos debates

Trajectories of Women in Authoritarian Regimes in Latin America (20th and 21st Centuries): New Debates

Andréa Cristina de Barros Queiroz

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil)
Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1838955922491509>
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7173-375X>
E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br

Izabel Pimentel

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/ Brasil)
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9124033193536454>
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0991-5322>
E-mail: belprisk@hotmail.com

Dando continuação às reflexões propostas no dossiê publicado na edição de número 35 da *Revista del Cesla*, esta nova seção do dossiê também tem por objetivo principal reunir artigos que contemplem, de diferentes perspectivas, as distintas trajetórias das mulheres, cujas vidas foram atravessadas pelos regimes autoritários na América Latina. Esta proposta articula-se com as renovações da historiografia contemporânea a partir de dois eixos principais. Por um lado, se associa à chamada *guinada subjetiva* (Sarlo, 2007, p. 18), ao valorizar análises das experiências individuais e das sensibilidades e subjetividades, e, por outro, se conecta à perspectiva historiográfica que estuda os regimes autoritários latino-americanos a partir das clivagens de gênero (Pedro e Wolff, 2011), que atravessaram a repressão destas ditaduras e também a militância política e todas as esferas das vidas das mulheres cujas trajetórias são aqui analisadas.

O dossiê reúne 6 artigos, escritos por pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições e gerações, com múltiplas abordagens e fontes escritas e orais, que evidenciam a riqueza e as amplas possibilidades da historiografia

sobre a História das mulheres e das ditaduras latino-americanas, refletindo especialmente sobre as diferentes formas de resistência feminina e ações de colaboração no Brasil e no Chile em contextos autoritários.

Ressaltamos que o termo “feminina” envolve diversos debates dentro dos estudos de gênero, pois não deve ser associado exclusivamente às mulheres. Neste texto, no entanto, utilizaremos o termo para nos referir às mulheres cisgênero e heterossexuais que militaram nos partidos políticos e organizações revolucionárias durante a ditadura brasileira e chilena. Mas salientamos a diversidade das vivências de feminilidades, mulheridades e corporalidades. Além disso, ressaltamos que as mulheres analisadas nos textos reunidos neste dossiê são predominantemente mulheres brancas, de classe média, cisgênero, heterossexuais e moradoras dos grandes centros urbanos.

O dossiê se inicia com o artigo de Lara Lucena Zacchi que analisa as memórias de mulheres sobre a prisão e a repressão da ditadura brasileira, a partir de duas fontes distintas: o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e o filmedocumentário “Torre das Donzelas” (2018). A partir dos testemunhos (em suas distintas temporalidades) de mulheres que foram militantes de movimentos sociais, partidos políticos e organizações revolucionárias durante a ditadura brasileira, a autora analisa como estas memórias (re)constroem as experiências carcerárias e do exílio durante a ditadura, a violência de gênero que atravessou a repressão da ditadura, as lutas políticas e também as resistências e redes de solidariedade e afeto construídas por estas mulheres durante o horror do cárcere.

A militância de mulheres vinculadas às esquerdas armadas ao longo da ditadura também é abordada nos artigos que se seguem. Fabiana Sena da Silva e Maria Elizete Guimarães Carvalho analisam, em seu artigo, a trajetória de Dilma Rousseff, desde sua atuação em uma das organizações revolucionárias que atuaram no Brasil ao longo dos anos 1960 e 1970 até sua eleição e reeleição para a Presidência da República no Brasil. Acorando-se em distintas fontes, as autoras destacam a atuação política de Rousseff de 1970 a 2014, da ditadura à democracia, com destaque para a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), durante seu governo, e a problematização sobre a proposta de “reconciliação nacional”. Criada por lei em 2011, a Comissão Nacional da Verdade – apesar de suas limitações, contradições e críticas sofridas – foi um marco importante no processo de Justiça de Transição no Brasil e nas lutas por Memória, Verdade e Justiça. A entrega do Relatório Final da CNV ocorreu em dezembro de 2014, num cenário de crise política iniciada após as eleições, que se agravaria nos anos seguintes e culminaria com a derrubada do governo de Dilma Rousseff em 2016.

O artigo de Graciele Andrade e Raylane Andreza Dias Navarro Barreto analisa como a referência do trabalho testemunhal da militante do movimento estudantil pernambucano Sílvia Montarroyos contribuiu para a preservação da memória histórica, promovendo justiça e educação para a construção de um "nunca mais", a partir de um estudo bibliográfico e documental, amparado pela metodologia da História Oral debatendo questões sobre violência, resistência, memória, gênero e internação forçada manicomial durante a ditadura no Brasil.

Por sua vez, o artigo de Joana Mello de Carvalho e Silva e Vanessa Calazans da Rosa apresenta a trajetória política da arquiteta e professora universitária Mayumi Watanabe, como ficou conhecida, ao resistir às perseguições e cerceamentos impostos pela ditadura civil-militar brasileira e atuar na Ação Libertadora Nacional (ALN). Após o golpe de 1964, ela foi presa com o marido, o também arquiteto Sérgio Pereira de Souza Lima, acusados de atuar junto a Carlos Marighella, sendo identificados como o “grupo dos arquitetos”. Por conta de sua atuação contra o regime ditatorial, Watanabe sofreu muitas sanções profissionais, ficando impedida de lecionar na Universidade de São Paulo durante doze anos, só podendo exercer a docência na Universidade após a redemocratização.

Além dos impactos da ditadura na trajetória de mulheres brasileiras, o dossiê também apresenta dois artigos que analisam a trajetória de mulheres cujas vidas foram atingidas pela ditadura civil-militar chilena entre 1973 e 1990. O artigo de Aline Fernanda Maciel debate os impactos das transformações nas relações de trabalho e gênero no Chile durante a ditadura civil-militar a partir da análise do setor têxtil chileno, sobretudo das experiências de trabalhadoras das fábricas *Sumar* e *Yarur*. O artigo partiu de uma compreensão sistêmica e unitária das relações de opressão e exploração no capitalismo, buscando pensar as dinâmicas do trabalho têxtil e os processos de reprodução e renovação das relações hierárquicas e opressivas, baseando-se nas contribuições teórico-metodológicas da teoria da reprodução social (TRS).

Ainda discutindo a ditadura chilena, o artigo que encerra este dossiê, escrito por Iasmin do Prado Gomes e Samuel Torres Bueno, analisa um aspecto menos explorado quando pensamos a atuação de mulheres durante os regimes autoritários: a colaboração com os órgãos de inteligência e repressão das ditaduras. Afastando-se dos debates sobre as resistências, tão enfaticamente abordados na historiografia especializada, os autores investigam as atuações das mulheres colaboradoras da estrutura repressiva durante a ditadura no Chile, contemplando tanto mulheres ligadas a grupos conservadores vinculados às direitas como aquelas que militaram em organizações políticas das esquerdas e, a partir da violência

da repressão, tornaram-se colaboradoras dos serviços de segurança e repressão da ditadura comandada por Augusto Pinochet. Mobilizando o conceito de “zona cinzenta” de Primo Levi para analisar as trajetórias destas mulheres – vítimas e perpetradoras –, os autores problematizam matizes diferenciados de comportamentos sociais sob regimes autoritários, marcados pela ambivalência e que escapam à estrutura binária entre perseguidos e perseguidores.

Esperamos que o conjunto de artigos reunidos neste dossiê contribua para aprofundar e complexificar os debates historiográficos sobre os regimes autoritários na América Latina, as múltiplas possibilidades de atuação das mulheres durante estes regimes e como os papéis de gênero – socialmente, culturalmente e historicamente construídos – também impactaram a trajetória das mulheres, das organizações das esquerdas e das direitas, da estrutura repressiva das ditaduras e das memórias construídas/reconstruídas sobre este passado autoritário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Pedro, J. M. & Wolff, C. S. (2011) A pesquisa sobre gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul: um relato de viagens e algumas reflexões. In J.M. Pedro; C. S. Wolff; A. M. Veiga. (Eds.), *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul* (19-46). Ed. Mulheres.
- Sarlo, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das Letras.